



REQUERIMENTO nº _____/2025

Requer informações ao Poder Executivo Municipal acerca do pagamento de diárias dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, diante de relatos de atraso há vários meses, afetando inclusive a alimentação durante viagens a serviço.

Documento _____

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores:

O Vereador **Luis Fernando Braite**, vem respeitosamente, com base no que preceitua o art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa **REQUERER** que, após aprovado pelo duto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Prefeito, para que determine aos setores competentes que prestem as seguintes informações:

Solicita informações detalhadas à **Secretaria Municipal de Saúde**, quanto à situação do pagamento de diárias dos motoristas responsáveis pelo transporte de pacientes para outras cidades, considerando as **denúncias de atrasos** que vêm gerando sérios prejuízos aos servidores.

a) Confirmar se há diárias pendentes de pagamento aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde;

b) Informar o período exato de atraso e o número de servidores afetados;

c) Apresentar o valor total devido até o momento e o motivo do não pagamento dentro dos prazos legais;

d) Esclarecer se há distinção entre motoristas efetivos, comissionados ou contratados quanto ao recebimento das diárias;

e) Informar a previsão para a regularização dos pagamentos pendentes;

f) Medidas que estão sendo adotadas ou estudadas para a contenção dos atrasos;

g) Encaminhar cópia do cronograma ou controle interno de viagens realizadas nos últimos quatro meses, indicando a data de solicitação e pagamento (quando houver) das respectivas diárias.



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade esclarecer e apurar a grave situação relatada por motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, que informaram estar há aproximadamente quatro meses sem receber suas diárias, mesmo realizando viagens constantes para o transporte de pacientes a outras cidades.

Segundo os relatos, muitos desses profissionais enfrentam dificuldades financeiras e alimentares durante as viagens, uma vez que não recebem os valores necessários para custear alimentação e despesas de deslocamento. Trata-se de uma situação desumana e incompatível com o serviço público, especialmente considerando que o transporte de pacientes é essencial e exige grande responsabilidade dos servidores envolvidos.

A Câmara Municipal, no exercício de sua função fiscalizadora, tem o dever de garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e a dignidade dos trabalhadores que prestam serviços fundamentais à população.

Uruguaiana, 12 de novembro de 2025.

Ver. Luis Fernando Braite
Bancada do PDT